

Notandum, ano XXVII, 2024
CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

**CULTURA ESCOLAR: UM ENSAIO SOBRE FESTAS RELIGIOSAS E
EDUCAÇÃO (2000-2019)**

**SCHOOL CULTURE: AN ESSAY ON RELIGIOUS FESTIVALS AND
EDUCATION (2000-2019)**

**CULTURA ESCOLAR: UN ENSAYO SOBRE FIESTAS RELIGIOSAS Y
EDUCACIÓN (2000-2019)**

Cecília de Moraes Duarte

Mestranda em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). E-mail: ceciduarte002@gmail.com

Rosa Lydia Teixeira Corrêa

Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). E-mail: rosa_lydia@uol.com.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/notandum.vi62.74385>

Recebido em 28/10/2024

Aceito em 16/12/2024

Notandum, ano XXVII, 2024 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

Resumo

Este trabalho trata das festas escolares religiosas com o objetivo de compreender como o campo da História da Educação vem abordando esse tipo de festas em suas discussões por meio de Congressos Brasileiros de História da Educação. A festa, além de ser um espaço de múltiplas representações, é campo fértil para a legitimação política ou religiosa. A análise se deu apoiada nos conceitos de festa, de Emile Durkheim (1978), cultura de Clifford Geertz (2008) cultura escolar de Dominique Julia (2001), tradição de Eric Hobsbawm (2008), representação de Roger Chartier (1991) e campo e poder simbólico de Pierre Bourdieu (1989). Sob a luz da História Cultural, a pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada a partir de uma investigação documental bibliográfica, por meio de Anais de Congressos Brasileiros de História da Educação (CBHE). Como resultado, destaca-se carência de estudos sobre festas escolares nos eventos pesquisados que concebem em sua maioria, as festividades cívicas como instrumento político. Poucos foram os trabalhos que contemplaram as diferentes relações das festas em seu campo cultural, educacional e religioso, mas, conceberam fortemente o campo político presente nesse contexto, demonstrando a importância do papel das festas na construção e reprodução das relações de poder na cultura escolar.

Palavras-chave: História da Educação; Cultura escolar; Festas; Representação.

Abstract

This work deals with religious school festivals with the aim of understanding how the field of History of Education has been approaching these festivals in its discussions through Brazilian Congresses on the History of Education. The celebration, beyond being a space for multiple representations, is a fertile field for political or religious legitimation. The analysis was based on the concepts of party, by Emile Durkheim (1978), culture by Clifford Geertz (2008), school culture by Dominique Julia (2001), tradition by Eric Hobsbawm (2008), representation by Roger Chartier (1991) and field and symbolic power of Pierre Bourdieu (1989). Inlighted by the Cultural History, the research, with a qualitative approach, was carried out based on a bibliographical documentary investigation, through the Annals of Brazilian Congresses on the History of Education (CBHE). As a result, there is a lack of studies on school festivals in the researched, which mostly consider civic festivities as a political instrument. There were few works that considered the different relationships of parties in their cultural, educational and religious field, but they strongly conceived the political field present in this context, demonstrating the importance of the role of parties in the construction and reproduction of power relations in school culture.

Keywords: History of Education; School culture; Celebrations; Representation.

Resumen

Este trabajo aborda las fiestas escolares religiosas con objetivo de comprender cómo el campo de la Historia de la Educación viene abordando este tipo de fiestas en sus discusiones a través de los Congresos Brasileños de Historia de la Educación. La fiesta, es un campo fértil para la legitimación política o religiosa. El análisis se basó en los conceptos de fiesta, de Emile Durkheim (1978), cultura de Clifford Geertz (2008), cultura escolar de Dominique Julia (2001), tradición de Eric Hobsbawm (2008), representación de Roger Chartier (1991) y Campo y poder simbólico de Pierre Bourdieu (1989). A la luz de la Historia Cultural, la investigación, con enfoque cualitativo, se realizó a partir de una investigación documental bibliográfica, a través de los Anales de Congresos Brasileños de Historia de la Educación (CBHE). Como resultado, faltan estudios sobre fiestas escolares en los eventos investigados, que en su mayoría consideran festividades cívicas como un instrumento político. Fueron pocos trabajos que consideraron diferentes relaciones de las fiestas en su campo cultural, educativo y religioso, pero concibieron fuertemente el campo político presente en este contexto, demostrando la importancia del papel de las fiestas en la construcción y reproducción de las relaciones de poder en la escuela.

Palabras clave: Historia de la Educación; Cultura escolar; Fiestas; Representación.

Introdução

As festas comemorativas fazem parte de uma tradição cultural, e, quando trazidas para o ambiente escolar, não só se relacionam, com o currículo, mas também pertencem ao processo de construção da cultura no cerne desses espaços sociais. Nesse sentido, conceber essas celebrações para além do carácter simbólico comemorativo, mas como dados de um

currículo e de um sistema social-cultural são fundamentais para as pesquisas no campo da História da Educação.

A cultura é compreendida aqui a partir de Clifford Geertz (2008), como um sistema de significados incorporado em símbolos, transmitido historicamente, por meio do qual os homens “[...] comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida” (GEERTZ, 2008, p. 103). As festas compõem essa incorporação de símbolos no processo de formação humana, especialmente no que diz respeito à construção da cultura escolar. É preciso compreender e interpretar os diferentes significados atribuídos às festas, bem como aqueles criados por elas mesmas.

Geertz (2008, p. 4) nos traz o conceito de cultura que defende como “[...] essencialmente semiótico”. Nas palavras do antropólogo, “[...] acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; [...]”, ou seja, estamos imersos na cultura, fazemos parte dela e ela faz parte de nós, uma vez que nós mesmos a construímos e, na mesma medida, somos construídos, perpassando todas as dimensões sociais nessa relação, inclusive no ambiente escolar.

As festas escolares são, então, expressões culturais que envolvem símbolos, rituais e práticas compartilhadas, imersas nessa teia de signos. Elas desempenham um papel fundamental na construção e perpetuação de significados culturais, pois são momentos em que os estudantes, professores, pais e comunidade escolar dão sentido a determinados eventos ou valores.

Para Chervel (*apud* CÂNDIDO, 2007, p. 16):

[...] a cultura escolar não forma somente os indivíduos que freqüentam as instituições escolares, mas relaciona-se de forma mais ampla com a cultura da sociedade global, da mesma forma que a disciplina escolar não comporta somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades sociais que presidiram a sua constituição e a da escola.

Da mesma forma, as comemorações não impactam somente o próprio ambiente da escola, mas envolvem e são envolvidas por toda a comunidade na mesma medida em que são construídas culturalmente por essa troca. Trata-se de uma relação bidirecional pois, enquanto as festas compõem a estrutura escolar mais ampla, fazendo parte da cultura predominante dessa instituição, essa cultura e essa estrutura são construídas pelas práticas festivas. Essa

concepção aproxima-se do que Bourdieu (1989) vai trazer como estruturas estruturantes e estruturadas.

Assim sendo, as festas são consideradas como esse conjunto de práticas por meio das quais o sujeito incorpora determinados comportamentos, podendo ser vista também como um espaço de poder, pois são um importante meio de inculcação de certos saberes que não necessariamente compõe o currículo ou estão previstos nas disciplinas, como Chervel (1990) nos traz, mas são *praticados, vivenciados*, aproximando-se do conceito de cultura escolar de Dominique Julia (2001), que será minuciado mais adiante. No caso das festas religiosas, é importante compreender o modo como essas práticas servem de subsídio para a própria inculcação das doutrinas religiosas, como *habitus*¹ que os indivíduos praticam dentro do campo religioso e educacional.

Esse conceito remete também a Chartier (1991, p 177), que diz “[...] não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, [...], pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles.”, ou seja, as festas são concebidas para além de práticas que instituem valores religiosos, pois esses valores se dão por meio da atribuição de sentido, conduzido pelas representações, engendrando também modos de dominação.

Portanto, é essencial analisar as festas como espaços de dominação, onde normas, valores e ideologias são transmitidos e reforçados. A compreensão desses aspectos permite uma reflexão crítica sobre o papel das festas na construção e reprodução das relações de poder da cultura escolar e da sociedade em geral. Embora sejam apresentadas como celebrações religiosas, é preciso estar atento ao modo como essas festividades podem reforçar hierarquias, impor valores e marginalizar aqueles que não compartilham da mesma fé ou crenças.

Nesse sentido, pesquisar o carácter das festas para além da celebração acalantosa, abrangendo também a religiosidade transitória desses momentos, significa compreender que “[...] as comemorações são práticas sociais, políticas, culturais e religiosas, [...]” que podem “[...] apontar para a própria história dos sujeitos nelas envolvidos” (OLIVEIRA, 2018 p. 15) da mesma forma que apontam para as práticas e concepções historicamente construídas.

Considerando que as festas escolares são pedagógicas por si só, tanto como representações culturais de uma sociedade religiosa, como elemento construtivo de uma cultura escolar, uma vez que a religião compõe uma cultura e está presente nos diversos campos sociais, incluso o ambiente escolar, a presente pesquisa procura questionar como o

¹ Bourdieu (1989) no traz que *habitus* são um conjunto de disposições incorporadas pelos indivíduos que irão mediar suas ações dentro de um determinado campo.

campo da História da Educação vem abordando as festas escolares religiosas em pesquisas entre os anos 2000 e 2019?

Para se estabelecer um contato inicial com o campo de produções na área, foi realizada uma busca indiciária na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Portal CAPES, entre os anos de 2011 e 2021². Ainda no movimento de revisão de literatura, foram localizados dois estudos fundamentais para a discussão aqui proposta. A tese de doutorado *O Império do Divino – Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)*, de Martha Campos Abreu (1996), propõe compreender a realidade por meio das festas religiosas no campo da historiografia brasileira, e o Dossiê *Religião, Festa e Sociedade*, de Mauro Passos (2011), que traz nuances de olhares voltados às festas, aproximando-se de uma análise pela sensibilidade. Mesmo que relevantes, ambos trabalhos fazem esse movimento a partir das representações multiculturais que permeiam as celebrações religiosas, sem relacionar-se mais afundo com o campo da educação e do poder simbólico.

Em suma, a revisão mostra que, ainda que exista um número relevante de estudos sobre festas em geral, quando se estreita o campo para festas escolares e, festas escolares religiosas, percebe-se uma carência de pesquisas que fazem o movimento de articulação entre os três campos – cultura, educação e religião – pendendo por muitas vezes ao estudo específico de cada área, ou seja, que não concebe uma tríade relacional igualmente relevante para subsidiar a discussão, mas sim, como análises secundárias ao corpo conceitual do texto em todos os seus aspectos.

Desse modo, a pesquisa se mostra relevante quando propõe levantar discussões que envolvam a articulação entre cultura, educação e religião, analisando a inferência relacional entre elas e como esse panorama relaciona-se com as festas religiosas que são trabalhadas no calendário escolar hoje em dia, seguindo um viés intercultural.

Caminhos teórico-metodológicos

A abordagem de pesquisa é qualitativa, pois trabalha com a interpretação dos fenômenos a serem estudados, ou seja, com a ideia de um processo abordado a partir de

² Desta pesquisa, destaco os seguintes trabalhos: *As festas escolares de 1942*, de Gisele Belusso (2021); *“Vestir de anjo”: moralidade e práticas educativas em São João Del-Rei (1930- 1946)*, de Adélia Carolina Bassi e Christiano Cardoso Morais (2017); *Ciclos festivos na escola pública e pluralismo religioso: conflitos e interações – um ensaio por uma abordagem teórico-metodológica do estudo da festa no espaço escolar*, de Maria Edi da Silva e Roberta Bivar Carneiro Campos (2011); *Educação em Sergipe no início do século XX: uma leitura a partir das comemorações escolares*, de Cristiano Ferronato, Patrícia Batista e Bianca Sthephanny Martins Gomes (2020).

Notandum, ano XXVII, 2024 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

determinado contexto social, em que “[...] o pesquisador considere não apenas as maneiras nas quais o significado é construído, mas também aquelas nas quais são desenvolvidos e empregados significados novos” (MAY, 2004 p. 224).

A pesquisa se embasa na análise de conteúdo de Laurence Bardin (2016, p.123), organizada em torno dos chamados “três polos cronológicos”: a *pré-análise* dos dados, seguida da *exploração do material* por meio da codificação e categorização, chegando ao *tratamento dos resultados*, a *inferência* e a *interpretação*.

Além disso, o percurso ancora-se na abordagem da História Cultural, vertente da Nova História, fruto da Escola dos Annales da França, que procura interpretações diferenciadas para as fontes a partir das quais se constrói a pesquisa, focaliza aspectos antes ignorados como objetos de estudo. Sentimentos, emoções, mentalidades e, especialmente as práticas sociais e culturais nos dão indícios para uma nova ótica histórica. De acordo com a concepção de Chartier (1990, p. 16-17):

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante às classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado.

Chartier enfatiza a natureza essencialmente construída da história cultural, destacando a maneira pela qual as realidades sociais são moldadas, interpretadas e comunicadas em diferentes contextos e momentos.

O estudo tem como base fontes bibliográficas e documentais, sendo as bibliográficas entendidas como aquelas que amparam o estudo e provenientes do estado do conhecimento, a historiografia produzida e dos autores que subsidiam os aportes conceituais, tais como, Geertz (2008), Chartier (1990), Durkheim (1978), Julia (2001), Hobsbawm³ (2008) Chervel (1990) e

³ Mesmo que Hobsbawm tenha sua origem no marxismo, o conceito de tradição por ele enunciado nos ajuda a compreender a perpetuação e a reinvenção das festas religiosas. Seu conceito aproxima-se da compreensão de cultural escolar de Dominique Julia, especialmente na “inculcação de valores e normas” por um conjunto de práticas. Essa aproximação torna pertinente a conversa interdisciplinar com o autor e a especificação do conceito não causa conflito epistemológico.

Notandum, ano XXVII, 2024 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

Bourdieu (1989), alguns anteriormente anunciados e outros a serem referidos posteriormente, teóricos que nos auxiliam nos aportes conceituais.

As fontes documentais, por sua vez, são consideradas por meio dos trabalhos publicados nos anais dos Congressos Brasileiros de História da Educação⁴ realizados no período de 2000 a 2019. O levantamento desses trabalhos totaliza onze documentos, constatados no quadro 1, mais adiante no corpo do texto. É importante compreender esses trabalhos como fontes documentais, não somente bibliográficas, especialmente por seu carácter representativo, pois, além de darem pistas sobre a construção teórica dos autores, também documentam a concepção de um determinado objeto no espaço e tempo pesquisado. José D'Assunção Barros (2022) nos ajuda nessa compreensão de historiografia como fonte histórica. Para o autor, esse estudo:

[...] implica perceber como a obra de um certo historiador nos diz não apenas algo sobre as próprias épocas que este historiador examina como objeto histórico, mas também sobre a própria época do historiador que produz a sua representação da história sobre outras épocas. Ao ler uma obra historiográfica, estamos nos colocando diante de uma fonte histórica que nos permite refletir sobre a própria época em que ela foi produzida. (BARROS, 2022, p. 48).

Isso destaca como a história não é uma disciplina estática, mas dinâmica e sujeita a influências do contexto e das perspectivas do historiador. Cada historiador, ao abordar um determinado período histórico, traz consigo suas próprias crenças, valores, experiências e até mesmo preocupações contemporâneas. Esses elementos podem influenciar a forma como eles interpretam e representam os elementos históricos de determinado período.

Nesse mesmo movimento, Lynn Hunt (1992) nos traz uma importante consideração de Chartier sobre os historiadores culturais, que não devem considerar a cultura como mero reflexo social, da mesma forma que os rituais simbólicos meramente expressam um significado.

Os documentos que descrevem ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes; foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias, e os historiadores da cultura devem criar suas próprias estratégias para lê-los. Os historiadores sempre foram críticos com

⁴ Os congressos são realizados pela Sociedade Brasileira de História da Educação, desde o ano 2000, depois da criação da SBHE em 1999.

Notandum, ano XXVII, 2024 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

relação a seus documentos – e nisso residem os fundamentos do método histórico. (HUNT, 1992, p. 18).

Além disso, May (2004, p. 213) considera que “[...] os documentos podem ser interessantes tanto pelo que deixam de fora assim como pelo que contêm”, ou seja, servem de rico material na análise construtiva das comemorações, pois “[...] não refletem simplesmente, mas também constroem a realidade social e as versões dos eventos”, o que conversa diretamente com o levantamento proposto na perspectiva das festas escolares.

Uma compreensão basilar para situar os estudos aqui trazidos como fontes documentais é a ideia de *campo* e *poder simbólico* posta por Pierre Bourdieu (1989) em sua obra *O Poder Simbólico* (1989). Nela, o sociólogo explora a noção de poder simbólico, que se refere ao poder que as estruturas simbólicas têm sobre as pessoas e as sociedades. Dessa forma, o poder não é apenas exercido por meio de força física ou econômica, mas também com a imposição de significados, símbolos e valores que internalizam estruturas simbólicas em nossas percepções e práticas sociais.

Da mesma forma, o *campo* é utilizado para analisar como a sociedade é estruturada em diferentes esferas, cada uma com suas próprias regras, hierarquias, *habitus* e formas de poder simbólico. Nesse sentido, compreender campo e, mais especificamente, campo da história da educação, significa entender que existem hierarquias de poder e posições ocupadas por agentes sociais, determinadas pelo capital específico relevante para cada campo. A relação entre esses campos não é estática, mas dialoga por espaços de luta pelo poder simbólico. Para o autor:

[...] num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte [...] é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (BOURDIEU, 1989, p. 7-8).

Em suma, o conceito de campo de Bourdieu nos ajuda a compreender como o poder simbólico opera em diferentes esferas sociais que, no caso das festas, oferece uma estrutura teórica para incorporar o entrelaçamento simbólico entre cultura, educação e religião, entendendo, principalmente no campo da história da educação, como as práticas educacionais, a cultura escolar, são moldadas pelas estruturas sociais e pelo poder de representação simbólica de diferentes campos, pois “[...] a cultura que une [...] é também a cultura que

Notandum, ano XXVII, 2024 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

separa [...] e que legitima as distinções compelindo todas as culturas [...] a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante” (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Partindo dessas concepções, foi realizado um levantamento de trabalhos nos anais do Congresso Brasileiro de História da Educação, de 2000 à 2019. Dada sua relevância no campo da História da Educação, o concebemos como uma vitrine de produções do campo. A busca foi feita pelo site da Sociedade Brasileira de História da Educação, em uma análise de títulos que permearam todos os eixos de cada congresso. O critério de seleção utilizado foi a presença de termos que apresentavam aderência à concepção de festas, como “rituais, celebrações, comemorações, festas, festividades, desfiles”. A busca chegou à seguinte sistematização:

Quadro 1 - Anais do CBHE

Congresso	Ano	Eixo	Trabalhos	Nº
I CBHE	2000	Não consta nenhum trabalho sobre festas.		-
II CBHE	2002	História de culturas escolares e profissão docente no Brasil	Os rituais e o cotidiano escolar – Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940-1960)	1
		Processos Educativos e Instâncias de Sociabilidade	A pedagogia cultural da igreja católica para Caicó - RN e a Festa de Sant’Ana, século XVIII	2
III CBHE	2004	Arquivos, fontes e historiografia	Desfiles patrióticos: Cultura cívica nos grupos escolares de Curitiba (1903-1971)	1
		Cultura escolar e práticas educacionais	Rituais de (con)formação	2
			As comemorações do cinquentenário da abolição da escravatura como parte da educação moral e cívica em Pernambuco, durante o Estado Novo.	3
IV CBHE	2006	Cultura e práticas escolares	Engendrar tempos e identidades: as festas no calendário escolar e suas implicações para a organização do trabalho dos professores (1890-1930)	1
			Festividades cívicas em Minas Gerais (1937-1945): escola, culturas e práticas	2
V CBHE	2008	Não consta nenhum trabalho sobre festas		-
VI CBHE	2011	História das instituições e práticas educativas	Comemorações e festas: dimensões de uma cultura escolar no grupo Vidal Ramos (Lages, Santa Catarina, 1904-1928)	1
			Educação cívica e nacionalismo: a apropriação do escotismo durante as comemorações cívico-escolares em Laguna – SC (1917-1930)	2

**Notandum, ano XXVII, 2024
CEMOrOC-Feusp / GTSEAM**

VII CBHE	2013	História das instituições e práticas educativas	A infância como monumento no contexto das comemorações do Centenário da Independência do Brasil em 1922	1
			Imagens de civismo: os desfiles cívicos em região de colonização recente de mato grosso, em tempos de ditadura Militar	2
VIII CBHE	2015	História das instituições e práticas educativas	Práticas educativas em espaços escolares confessionais: o sagrado e o profano dos rituais festivos	1
		História das Culturas e Disciplinas Escolares	Das representações aos sentidos: as festividades escolares do grupo escolar Solon de Lucena em Campina Grande - PB (1924-1937)	2
		História das instituições e práticas educativas	A centralidade dos eventos cívico-patrióticos na realidade Escolar do ensino secundário em Uberlândia e Uberaba, em Minas Gerais nas décadas de 1930 a 1960	3
IX CBHE	2017	Não consta no arquivo.	A integração entre educação católica, festas escolares e comunidade étnica: o caso de Colombo/PR (1951-1978)	1
X CBHE	2019	Políticas e Instituições Educativas	Festas Escolares: Práticas Educativas e Culturais Republicanas na Educação Primária no Estado do Pará (1900-1910)	1

Fonte: Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação

Importa indicar que a apreciação de cada um dos trabalhos a ser realizada no subtítulo correspondente de nº 4 foi feita considerando a ordem dos congressos, o tipo de abordagem, a concepção de festas escolares religiosas, tipologias e/ou exemplos de festas dessa natureza. A análise considerou a cronologia dos Congressos a fim de identificar a construção histórica do objeto de estudo.

São necessárias também algumas ressalvas acerca do método utilizado para o levantamento, uma vez que cada congresso possui uma maneira própria de organização, o que interferiu no acesso e disponibilidade dos trabalhos. Nos congressos VI e VIII, os trabalhos são analisados a partir da leitura do caderno de resumos do respectivo congresso, o que pode nos apresentar uma concepção menos aprofundada do que aquela descrita nos textos lidos plenamente. Da mesma maneira, o congresso X apresenta um trabalho a ser analisado a partir do título, pois se teve acesso apenas ao caderno de programação do evento. O restante dos trabalhos presentes no quadro foi lido na íntegra, a fim de tentar compreender que concepção de festa vem sendo abordada no decorrer das discussões culturais nas últimas décadas do campo da História da Educação.

Ainda, vale dizer que no VIII CBHE constam eixos temáticos que se repetem, pois o primeiro corresponde à sessão de comunicações *coordenadas* “*Histórias de práticas escolares e não escolares no Brasil: temas e objetos de pesquisa à história da educação*”, enquanto o segundo eixo corresponde às comunicações *individuais*, mesmo que possuam o mesmo título.

Festas religiosas e cultura escolar: algumas abordagens

Esta parte do trabalho procura situar as diferentes concepções de festas, rituais e/ou comemorações⁵ nas quais ancora-se a análise. Para tal, é preciso dialogar com os demais campos do saber, como a sociologia, filosofia e a antropologia, em inter-relação com a história da educação, em uma tentativa de compreender melhor o objeto de estudo em suas diversas nuances.

Vale dizer que, em suas primeiras aproximações como objeto passivo de pesquisa, as festas religiosas foram compreendidas, especialmente pelo campo da filosofia e sociologia, como representações de religiosidade, considerada berço das comemorações culturais. Émile Durkheim, um dos primeiros estudiosos a interessar-se pela investigação dos ritos, em sua obra *Les Formes élémentaires de la vie religieuse* (As formas Elementares da Vida Religiosa), publicada pela primeira vez em 1912, dedica uma parte significativa à análise dos rituais religiosos e de seu papel nas sociedades tribais e primitivas. O sociólogo argumenta que “[...] os primeiros sistemas de representações que o homem se fez do mundo e de si mesmo são de origem religiosas” (DURKHEIM, 1978, p.211). Os rituais, portanto, não são apenas cerimônias vazias, mas têm um propósito vital na manutenção da ordem social. Eles são a maneira pela qual a sociedade expressa sua crença no sagrado.

Da mesma forma, para Maria Angela Vilhena, estudiosa dos ritos religiosos como compreensão cultural, “Os rituais constituem uma forma privilegiada pela qual se expressa e visibiliza o imaginário religioso” (VILHENA, 2005, p. 57). A autora ainda afirma que conceber os ritos em uma dimensão religiosa se dá pela relevância que tal dimensão possui em seus diferentes conteúdos e formas nas várias formações culturais. (VILHENA, 2005).

Partindo desses pressupostos, é imprescindível trabalhar com a concepção de festas, ritos, rituais, indissociáveis de uma concepção religiosa, pois ambos se relacionam desde sua

⁵ Os diferentes termos apresentados referem-se ao mesmo objeto de estudo. São citados de diversas maneiras pela amplitude de denominações utilizadas pelos referenciais teóricos.

Notandum, ano XXVII, 2024 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

origem, não havendo então, religiosidade, comunhão e sagrado, sem a presença de ritos, da mesma forma que estes não subsistem fora da presença religiosa.

Assim posto, historicamente, as festas são intrínsecas à religiosidade e seguem uma tradição quanto às suas formas de festejo. Vamos nos ater neste momento à compreensão do calendário litúrgico, que compõe ciclos específicos para os ritos religiosos, mais especificamente dentro da fé cristã. Novamente recorreremos à Durkheim (1978), que nos ajuda a pensar o objetivo dos grupos religiosos em manter a regularidade dos rituais, como mantenedora da uniformidade intelectual e moral. Essa regularidade nos remete à compreensão de tradições, que o historiador Eric Hobsbawm (2008, p. 9) conceitua como:

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.

Hobsbawm aproxima-se de Durkheim na compreensão da natureza das tradições e rituais, função de transmissão de valores e normas, continuidade e coesão social e, especialmente na natureza simbólica tanto dos rituais, como das tradições. Esses elementos, por meio da prática e repetição, servem como mecanismos culturais e sociais que inculcam significado, identidade e continuidade nas comunidades, pelo *poder simbólico* que possuem.

Dessa mesma forma, o calendário festivo das escolas é guiado pelo calendário litúrgico cristão, prevendo em sua organização diversos tipos de festejos dessa religiosidade, como o Carnaval, a Páscoa, a Festa Junina, entre outros rituais de origem cristã. Ceci Bergamasco (2009), ao estudar a religiosidade presente nas festas escolares, nos ajuda a pensar nessa relação. Para a autora:

O calendário, as comemorações, as semanas festivas da escola não se desvinculam do calendário litúrgico. Coexistem na escola, sem grandes confrontos e hostilidades. Coexistem o laico e o religioso. O calendário cívico-religioso espelha a laicidade e a religiosidade na escola. E entende-se que o calendário é um dos instrumentos mais eficazes, por meio do qual somos incorporados na cultura. (BERGAMASCO, 2009, p. 16).

É evidente que a cultura escolar é envolvida pelo festejo, pois trata-se de uma confraternização da comunidade, uma expressão, um sistema de representação do mundo, como diria Durkheim. Mas não só, pois, da mesma forma que expressa, acolhe e celebra, como um rito cultural, também reproduz, “inculca” valores e normas.

Notandum, ano XXVII, 2024 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

Encontramos também esse aspecto de “inculcação”, trazido inicialmente por Hobsbawm, nos estudos de Dominique Julia (2001). O autor compreende a cultura escolar como “[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p. 10).

Ambos autores, embora de vertentes diferentes, se aproximam em seus conceitos na definição de dois objetos distintos. Os ritos podem ser compreendidos como aspectos chave dessa continuidade de tradições e, dificilmente são compreendidos fora dessa ótica pois, de praxe, uma de suas características mais marcantes é a continuidade em relação ao passado, bem como sua natureza simbólica. Dentro da cultura escolar em Julia, compreendemos os ritos como esse conjunto de práticas que, principalmente, permitem e possibilitam a incorporação de condutas a serem “inculcadas”.

Esse aspecto encontra-se presente também nas instituições, quando pensamos em rituais escolares. Bergamasco (2009, p.5) novamente nos traz que “[...] é quase como se as celebrações, as festas comemorativas fossem o uniforme moral da escola”, ou seja, não são isentas desse sistema de representações culturais, da moral religiosa, pelo contrário, são instrumentos, coordenados para uma finalidade (sociopolítica ou religiosa) que pode variar de acordo com a época. (JULIA, 2001)

Assim, como posto até o momento, as festas têm o poder de inculcação moral, religiosa, comportamental e estão estritamente vinculadas à produção cultural, no universo das tradições. Elas ensejam representações no campo educacional, que, sob a égide da escola, trazem outras concepções atreladas à construção da cultura escolar, entendendo as festas como elementos construtores em uma tríade relacional, compondo o campo cultural, quando somada aos campos de educação e religião. Para Bergamasco (2009, p. 13), “A compreensão dos festejos escolares é mais clara sob o enfoque do currículo escolar uma vez que ele está centralmente envolvido na produção do social e, portanto, possui estreitas relações com o poder, o conhecimento e identidade social.”. Por isso que Chartier (1990), oportunamente, como vimos acima, vincula a história cultural à construção de representações sobre o mundo, elaboradas pelos grupos sociais segundo os seus interesses.

Sendo assim, a concepção de festa aqui proposta compõe os campos da cultura, educação e religião, ao ser incorporada às festas escolares como práticas educativas e construtoras da cultura religiosa. O que se pretende analisar aqui também compõe a disputa de

poder simbólico entre esses campos, tal como é proposta por Bourdieu (1989), ao referirmos as festas como territórios de disputa de representações.

Os CBHE's e a religiosidade nas festas escolares

O que se pretende neste momento é estabelecer uma relação perceptiva entre os congressos, compreendendo como a concepção das festas foi construída no decorrer dos anos, destacando as diferentes perspectivas assumidas pelas pesquisas em seus objetos de estudo.

Em um primeiro contato com as fontes, no momento de “leitura flutuante” (BARDIN, 2016), é notável uma média de produções em todas as edições, ficando entre 2 e 3 trabalhos por congresso, salvo os eventos I e V. Além disso, em uma breve leitura de títulos, podemos encontrar uma proeminência de trabalhos relacionados às festas cívico-escolares e ao Estado Novo, isso porque as comemorações nessa época foram fortemente utilizadas como ferramenta política de construção e representação da nacionalidade, concepções que serão melhor desenvolvidas na análise pormenorizada.

Quanto aos eixos, percebe-se certa diversidade ao considerá-los como campo a partir do qual se fala, ou seja, existem diferentes aspectos que englobam o estudo das festividades, que se demonstram por meio de instituições, culturas, fontes, processos etc., trazendo um quadro mais amplo de perspectivas de base, mesmo que apresente certa predominância na história das instituições, percebendo-as como objetos de produção da história cultural, a partir dos quais é possível se estabelecer uma concepção mais abrangente com todo o contexto.

Partindo do II CBHE, encontramos concepções diferentes na abordagem das festividades. O primeiro estabelece uma concepção de festas como participantes dos chamados “rituais escolares” presentes na instituição, com um carácter exibicionista de competência perante a comunidade, mas não as aborda como objeto principal de estudo. Em seu corpo, o texto traz que as festas constituem outra dimensão da cultura escolar, “[...] para dar identidade e chamar a atenção da população para a escola” (IWAYA, 2002 p. 3). Pode-se considerar essa afirmativa como produto fim do conjunto de práticas que permitem a incorporação de determinados comportamentos, na concepção de Julia (2001).

Da mesma maneira, o segundo trabalho destacado no II CBHE, faz o movimento de análise das festas a partir do campo religioso, tratando-as como componente cultural de edificação, utilizadas como instrumento da igreja para “[...] a aprendizagem de sentimentos devocionais [...] com condutas de convivências sociais” (ARAÚJO; MEDEIROS, 2002 p. 9). Logo, as festas em si não eram feitas na escola, mas tinham, evidentemente carácter

Notandum, ano XXVII, 2024 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

educativo. Aqui, destaca-se a continuidade das tradições inventadas de Hobsbawm (2008), uma vez que as festas perpetuaram o instrumento religioso presente em suas origens.

O que se pode extrair de concepção dos estudos contidos no II CBHE é uma relação de festa escolar e festa religiosa, que não dialogam entre si, mas conversam com as convicções de cada campo especificamente, tanto na construção da cultura quanto no carácter religioso.

No III CBHE os estudos tratam majoritariamente das festas cívicas, consideradas como expressões da significação cultural da República. O primeiro trabalho dessa edição busca compreender os desfiles patrióticos nas escolas como “[...] transmissores de uma linguagem coletiva, capaz de expressar concomitantemente múltiplos planos simbólicos que os levam a ser identificados como uma grande festa” (BENCOSTTA, 2004 p. 1), demonstrando proximidade com a concepção de festividades como expressões de um coletivo e de natureza simbólica, postas por Durkheim (1978). Da mesma forma, o segundo trabalho trata das cerimônias cívicas com carácter de construção da nacionalidade desde a infância.

Ainda, o terceiro trabalho traz a ideologia do Estado Novo com subsídio da religião ao afirmar que não há “[...] nada melhor do que a fusão do catolicismo conservador com a doutrina da ordem e do progresso” na redenção dos “[...] princípios e valores necessários ao progresso da nação”, pois “Era preciso consolidar a tríade: Deus, Pátria e Família” (ALBUQUERQUE; SELLARO, 2004 p. 4). Aqui, é exposta a relação do culto cívico sob a égide da religião, sendo também instrumento ideológico do Estado.

A partir dessa análise, percebe-se uma maior preocupação dos trabalhos com o papel das festas como ferramentas para a nacionalização, pela análise das comemorações cívicas, que permanecem até o IX CBHE. Neste momento, é estabelecida uma relação mais próxima entre a festa, escola e religião, entendendo essas práticas como construtoras de uma cultura que agora não só expressa o sentimento coletivo, mas representa uma inculcação moral (JULIA, 2001).

Nos trabalhos do IV CBHE, surge uma nova perspectiva de estudo sobre as festas que, ao serem impostas pelo Estado para a disseminação de um ideal de cidadão, sobrecarregavam e desconsideravam a prática docente em sala. As autoras do primeiro trabalho consideram que:

[...] as festas constituem importantes momentos nos quais o Estado, ao determinar seus conteúdos e datas a serem comemoradas, pode disseminar seu ideal de cidadão não só para a população que assistia tal solenidade, mas também para os alunos e professores que participavam de todo o processo de organização da mesma. (CÂNDIDO; GALLEGOS, 2006 p. 6).

Nesse sentido, as comemorações são utilizadas como instrumento do Estado para prever comportamentos, tal como a Igreja a utilizava e abordada no segundo trabalho do II CBHE. Chartier (1991, p. 185-186) nos ajuda a pensar essa relação, quando nos traz que “[...] a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada, necessária exatamente onde faltar o possível recurso à força bruta [...]”, ou seja, as festas representam interesses de quem detém poder sobre o currículo escolar, que determina o carácter festivo a ser atribuído à população e aos sujeitos que a organizam, e em consonância, as práticas festivas engendram essas representações. Nesse momento, percebe-se também a festa como um espaço de luta de narrativas pelos diferentes campos sociais, especialmente pelo poder simbólico que esses rituais carregam consigo (Bourdieu, 1989).

O segundo trabalho, ainda no IV congresso, relaciona-se com os Rituais de (con)formação, da edição anterior, no intuito de utilizar as festas para a construção do sentimento de pátria desde a infância, na exaltação do poder do Estado. Vaz (2006, p. 4) afirma que: “O cunho salvacionista e religioso nas festas cívicas é de suma importância para se compreender a ressonância no universo cultural e na adesão das massas, escamoteando possíveis conflitos e dissonâncias em relação ao regime e suas formas de manifestação.”

Novamente, a religião é utilizada para a legitimação de ideais patrióticos na construção da cultura e da infância. Julia (2001, p.32) afirma que essa construção cultural “[...] é efetivamente uma cultura conforme [...]”, que é utilizada pelo regime até então, conforme suas necessidades de doutrinação perante a sociedade, no que demonstram os trabalhos.

Na análise de resumos dos trabalhos do VI CBHE, encontra-se novamente a concepção de festas como elementos construtivos da cultura escolar, que configuram dimensões discursivas de natureza simbólica. O primeiro estudo contempla as festividades em segundo plano, estabelecendo carácter instrumental, ou seja, não são o objeto de estudo, mas são fundamentais para compreendê-lo, identificando sua concepção institucional.

No segundo estudo, é analisada a apropriação do escotismo por meio das comemorações. Hobsbawm (2008, p. 12), ajuda a entender que um momento oportuno para a manifestação mais nítida da tradição, é quando ela “[...] é deliberadamente inventada e estruturada por um único iniciador [...]”. No entanto, além de ser estruturado por um único sujeito, foi necessário que o escotismo utilizasse das comemorações como instrumento de sua

Notandum, ano XXVII, 2024 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

apropriação, o que reafirma a potencialidade que as festas possuem para a legitimação de certos ideais, sejam quais forem, por meio das representações ensejadas.

O VII CBHE, não nos traz uma mudança na concepção das festas para além da reafirmação construtora da cultura e legitimação do culto ao civismo patriótico, nos trabalhos selecionados. Entretanto, essa ausência de novas perspectivas também conversa com as tradições de Hobsbawm (2008), sendo possível relacioná-las com uma ritualização das pesquisas em si. O autor afirma que: “[...] a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição.” (HOBSBAWM, 2008 p. 12). Essa repetição referida ao passado é encontrada nos estudos das festas cívicas, que, mesmo trazendo a religião como coadjuvante da ação do Estado sob o currículo festivo, não propõe novas pesquisas voltadas à essa relação direta, como protagonista.

A análise de trabalhos contidos no VIII CBHE, também feita a partir dos resumos dos trabalhos, mostraram uma concepção agora não tão focada na legitimação da nação, mas retornando àquelas que concebem a festa como espaço de múltiplos significados, com atribuição de visibilidade e identidade da instituição perante a comunidade.

É necessária uma ressalva para o primeiro trabalho desta mesma edição, que trata das festividades no contexto das instituições confessionais. Esse aspecto faz o movimento relacional na tríade entre cultura, educação e religião, proposta inicialmente, ao trabalhar a ideia de como as festas escolares religiosas, na instituição da cultura escolar, contribuíram para a formação do “[...] bom cristão e virtuoso cidadão” (NUNES, 2015 p. 46), utilizando a ação pedagógica do campo escolar para compor valores religiosos por meio da celebração. Aqui, além da formação do cidadão com virtudes, temos o “bom cristão”, que eram ainda atribuições típicas do Estado Novo. Hobsbawm (2008, p. 14) fala que “[...] as práticas tradicionais existentes [...] foram modificadas, ritualizadas e institucionalizadas para servir a novos propósitos nacionais”, propósitos estes que eram instituídos pela invenção de tradições festivas.

Essa tríade é encontrada também em estudo do IX CBHE, realizado em 2017. Cultura, educação e religião são abordadas com um vínculo intrínseco, que traz ainda um novo campo para essa rede, o campo político. A autora considera que:

Na trajetória, denota-se uma relação intrínseca entre escola católica, Igreja e política local, em que muito da cultura escolar do Educandário, tendo como referência o catolicismo, invadia outros setores e instituições públicas de

Notandum, ano XXVII, 2024 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

ensino da cidade, buscando inculcar na comunidade, valores religiosos e do regime governamental [...]. (MOTIN, 2017 p. 5295).

Assim, além de abordar as festas cívicas no seio da educação católica, percebe-se a ação política desses fins, para inculcar valores tanto religiosos quanto patrióticos. Há aqui um afastamento perspectivado de uma concepção mais fechada, que fragmenta o significado de festa em cada campo, para uma concepção relacional, ampla, que abrange todas as áreas articuladas para um único fim.

No entanto, essa perspectiva aparentemente não se desenvolve para o X CBHE, observando o recorte temporal deste estudo, a partir de seu título, “Festas Escolares: Práticas Educativas e Culturais Republicanas na Educação Primária no Estado do Pará (1900-1910)”, as festividades são concebidas como práticas educativas e culturais no começo do séc. XX, ou seja, onde não há contexto ditatorial, o que não retira de cena o uso da festa para fins de construir uma identidade nacional⁶.

Após o destrinchamento dos estudos encontrados nas referidas edições dos CBHE's, atentaremos agora em realizar uma análise mais geral, categorizada pelos elementos que mais se destacaram. No decorrer dessas duas décadas foi possível perceber mudança conceitual, principalmente a partir de estudos apresentados no III CBHE, que já traz o contexto da cultura cívica no âmbito das festas e que permanecem em trabalhos até a nona edição. As pesquisas ainda trouxeram os primeiros indícios de abordagem religiosa das festividades escolares, mas em segundo plano, como um agregado à doutrina conservadora do Estado Novo. Foi somente a partir do VIII CBHE que se expôs mais a fundo a relação entre rituais e religiosidade, mas em um contexto de instituição confessional. A próxima menção ocorre apenas no IX CBHE, com o único trabalho que aborda a integração dos campos cultural, educacional e religioso, trazendo ainda um novo elemento, o campo político.

Julia (2001, p. 23) considera, ao tratar do processo de instrução primária obrigatória na Europa do séc. XIX, que esta “[...] trata-se de forjar uma nova consciência cívica por meio da cultura nacional e por meio da inculcação de saberes associados à noção de ‘progresso’”. Essa proposta aproxima-se da maior parte dos estudos que tratam das comemorações e rituais cívicos como instrumentos da nação.

Além disso, Hobsbawm (2008, p. 17), ao falar das tradições inventadas, dispõe três tipos específicos, dos quais as festas encaixam-se como “[...] aquelas que estabelecem ou

⁶ De acordo com Jorge Nagle (2001), a educação era compreendida como “salvaguarda” do país na Primeira República.

Notandum, ano XXVII, 2024 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade [...].”, tal como as festividades, postas para a legitimação daqueles que detém seu poder simbólico (BOURDIEU, 1989).

O que mais nos chama atenção aqui, além do pequeno número de estudos que trabalham os rituais em sua concepção cultural, educacional e religiosa, foi a grande quantidade dos trabalhos que consideram principalmente o carácter político das festas. Os trabalhos que as citam como instrumentos para nacionalização acentuam a força do campo político nessa esfera e nos evidenciam a importância de concebê-las como espaços de luta de narrativas, pelo poder simbólico que as festas são capazes de construir. Para Bourdieu (1989, p. 9-10:

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, «uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências». Durkheim [...] tem o mérito de designar explicitamente a *função social* (no sentido do estruturo-funcionalismo) do simbolismo, autêntica função política que não se reduz à função de comunicação dos estruturalistas. Os símbolos são os instrumentos por excelência da «integração social»: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração «lógica» é a condição da integração «moral».

A condição da integração moral é valiosa quando buscamos compreender a função das festas na sociedade. Por esse motivo poder simbólico é tão fundamental na análise das diferentes nuances de instrumentalização festiva.

Caminhando para algumas conclusões, Bergamasco (2009, p. 25) nos traz uma importante consideração do carácter das festas, que complementa a discussão aqui proposta. Para ela “[...] a festa na escola é ao mesmo tempo religiosa e cívica, ritualista sem fervor e coercitiva. E desde Durkheim sabe-se bem que o coletivo é coercitivo, que o religioso é coletivo”.

Dessa forma, compreendemos que os estudos caminham para uma análise que concebe a influência religiosa & política, ou seja, o que antes era visto apenas como expressão do coletivo, como representação cultural, como construção de identidade escolar, agora considera a festa também como um instrumento, um meio para determinado fim, seja no campo cultural, educacional, político e/ou religioso, que tem o poder de construir práticas, incorporar habitus, engendrar representações e inculcar saberes.

Algumas considerações

Retomando a questão de pesquisa – *como o campo da História da Educação vem abordando as festas escolares religiosas em pesquisas entre os anos 2000 e 2019?* – podemos trazer algumas considerações finais ao estudo⁷. É notável a diversidade de perspectivas, em que *festas escolares*, *festas religiosas* e *festas cívicas* são encontradas como objeto de estudo, vezes conversando entre si e, vezes voltando-se ao seu próprio campo. Ainda, foi encontrado um número relativamente pequeno de trabalhos ao concebermos a extensão de pesquisas desenvolvidas nos Congressos do CBHE como um todo, bem como a importância da SBHE para o campo de pesquisa.

Como tentativa de resposta à pergunta norteadora, consideramos que o objeto de estudo dos primeiros congressos era abordado de maneira fragmentada, e, a partir de 2015, os trabalhos apresentam uma perspectiva mais ampla e articulada pelo campo da História da Educação, considerando a realidade múltipla em que as festas se encontram. Não cabe aqui ditar a análise “ideal” com que se deve trabalhar quando se estuda rituais, pois cada campo possui também suas especificidades. Mas, quando tratamos da função educativa desses momentos, especialmente no campo da História da Educação, é fundamental compreender os diversos campos que atuam na disputa por atribuição de sentido, pela natureza simbólica, pela inculcação de saberes e tantos outros significados e possibilidades que esse espaço pode assumir.

A importância dessa disputa não acaba em si mesma, mas é imperiosa para a compreensão do carácter festivo das comemorações no contexto da realidade escolar. É preciso questionar a reprodução desses rituais na escola – em especial quando compõe o calendário escolar com facilidade – e pensar os motivos e os sentidos pelos quais se comemora, para além da reprodução de um senso comum pedagógico, mas sim pela construção de um olhar que considere as diferentes nuances da escola, que considere sua interculturalidade e que (re)construa suas tradições com criticidade.

Como pesquisadora, vale dizer que não cabe a esse estudo responder a todas as questões que podem vir a se formar em seu caminho, mas se espera levantar ainda mais indagações a respeito do papel das festas na construção e reprodução das relações de poder dentro da cultura escolar e da sociedade.

⁷ Trago *algumas* considerações pois elas não se esgotam e abrem espaço para novos questionamentos.

Referências

- ABREU, M. C. **O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. 1996. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). São Paulo, 1996.
- ALBUQUERQUE, E. T. de; SELLARO, L. R. de A. As comemorações do cinquentenário da abolição da escravatura como parte da educação moral e cívica em Pernambuco, durante o Estado Novo. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 3, 2004, Curitiba. **Anais**. Curitiba: SBHE, 2004, p. 1 – 9. Disponível em: <https://sbhe.org.br/anais>. Acesso em: 29 out. 2022.
- ARAÚJO, M. M. de; MEDEIROS, M. das D. A pedagogia cultural da igreja católica para Caicó – RN e a festa de Sant’Ana, século XVIII. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 2, 2002, Natal. **Anais**. Natal: SBHE, 2002, p. 1 – 11. Disponível em: <https://sbhe.org.br/anais>. Acesso em: 29 out. 2022.
- BENCOSTTA, M. L. A. Desfiles patrióticos: cultura cívica nos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 3, 2004, Curitiba. **Anais**. Curitiba: SBHE, 2004, p. 1 – 12. Disponível em: <https://sbhe.org.br/anais>. Acesso em: 29 out. 2022.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução por Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. 1 ed. São Paulo: Edições 70, 2016. 279 p.
- BARROS, J. d’A. **A Historiografia como fonte Histórica**. 1 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2022. 400 p.
- BASSI, A. C.; MORAIS, C. C. “Vestir de anjo”: moralidade e práticas educativas em São João del-Rei (1930-1946). **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 33, p. 1-29, fev. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698162965>. Acesso em: 6 out. 2022.
- BELUSSO, G. As festas escolares de 1942: Colégio Nossa Senhora de Lourdes. **Argumentos Pró-Educação**, Pouso Alegre, v. 6, p. 1-26, dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24280/10.24280/ape.v6.e753>. Acesso em: 6 out. 2022.
- BERGAMASCO, C. M. S. Festas Comemorativas: a religiosidade no calendário escolar. In: Encontro Nacional do GT das Religiões e das Religiosidades, 2, 2009, Maringá. **Anais**. Maringá: Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH, 2009, p. 1 – 27.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. 313 p.
- CAMARA, S. A infância como monumento no contexto das comemorações do Centenário da Independência do Brasil em 1922. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 7, 2013, Cuiabá. **Anais**. Cuiabá: SBHE, 2013, p. 1 – 2. Disponível em: <https://sbhe.org.br/anais>. Acesso em: 29 out. 2022.

CÂNDIDO, R. M. **Culturas da escola: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, p. 154, 2007.

CÂNDIDO, R. M.; GALLEGO, R. de C. Engendrar tempos e identidades: as festas no calendário escolar e suas implicações para a organização do trabalho dos professores (1890-1930). In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 4, 2006, Goiânia. **Anais**. Goiânia: Distributiva, 2006, p. 3 – 9. Disponível em: <https://sbhe.org.br/anais>. Acesso em: 29 out. 2022.

CHARTIER, R. **História cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1990.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, [S. L.], v. 5, n. 11, p. 173 – 191, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em: 27 out. 2022.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**. Porto Alegre, nº 2, p. 177-229, 1990.

CORDOVA, T. Comemorações e festas: dimensões de uma cultura escolar no grupo Vidal Ramos (Lages, Santa Catarina, 1904-1928). In: Livro de Resumos: Congresso Brasileiro de História da Educação, 6, 2011, Espírito Santo. **Anais**. Espírito Santo: SBHE, 2011, p. 592. Disponível em: <https://sbhe.org.br/anais>. Acesso em: 29 out. 2022.

DURKHEIM, E. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

FERRONATO, C; BATISTA, P; GOMES, B. S. M. Educação em Sergipe no início do século XX: uma leitura a partir das comemorações escolares. **Revista @ambienteeducação**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 76-91, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/840>. Acesso em: 6 out. 2022.

GATTI, G. C. do V. A centralidade dos eventos cívico-patrióticos da realidade escolar do ensino secundário em Uberlândia e Uberaba, em Minas Gerais nas décadas de 1930 a 1960. In: Caderno de Resumos: Congresso Brasileiro de História da Educação, 8, 2015, Maringá. **Anais**. Maringá: SBHE, 2015, p. 328 – 429. Disponível em: <https://sbhe.org.br/anais>. Acesso em: 29 out. 2022.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. 1 ed., Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

HOBBSAWM, E. A Invenção das Tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, p. 9 – 23.

HUNT, L. **A Nova História Cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes. 1992. 317 p.

Notandum, ano XXVII, 2024 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

IWAYA, M. Os Rituais e o Cotidiano Escolar – Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940-1960). In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 2, 2002, Natal. **Anais**. Natal: SBHE, 2002, p. 1 – 14. Disponível em: <https://sbhe.org.br/anais>. Acesso em: 29 out. 2022.

JULIA, D. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 1, n. 1, p. 9 – 43, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749>. Acesso em 27 out. 2022.

MAY, T. Pesquisa documental: escavações e evidências. In: MAY, T. (Org.) **Pesquisa social: questões métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 206-230.

MOTIN, M. F. A integração entre educação católica, festas escolares e comunidade étnica: o caso de Colombo/PR (1951-1978). In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 9, 2017, Paraíba. **Anais**. Paraíba: SBHE, 2017, p. 5284 – 5296. Disponível em: <https://sbhe.org.br/anais>. Acesso em: 29 out. 2022.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NUNES, I. de M. L. Práticas educativas em espaços escolares confessionais: o sagrado e o profano dos rituais festivos. In: Caderno de Resumos: Congresso Brasileiro de História da Educação, 8, 2015, Maringá. **Anais**. Maringá: SBHE, 2015, p. 46 – 45. Disponível em: <https://sbhe.org.br/anais>. Acesso em: 29 out. 2022.

OLIVEIRA, C. E. de. Imagens de civismo: os desfiles cívicos em região de colonização recente de Mato Grosso, em tempos de ditadura militar. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 7, 2013, Cuiabá. **Anais**. Cuiabá: SBHE, 2013, p. 1 – 13. Disponível em: <https://sbhe.org.br/anais>. Acesso em: 29 out. 2022.

OLIVEIRA, V. A. de. **A história que se ensina e se aprende nas comemorações escolares em escolas de educação básica em Xinguara – PA: festa junina, dia da independência e dia da consciência negra**. 119f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Araguaína, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/1709>. Acesso em: 6 out. 2022.

PANDINI, S. Rituais de (con)formação. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 3, 2004, Curitiba. **Anais**. Curitiba: SBHE, 2004, p. 1 – 15. Disponível em: <https://sbhe.org.br/anais>. Acesso em: 29 out. 2022.

PASSOS, M. Religião, Festa e Sociedade (Religion, Feast and Society). **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, Belo Horizonte, v. 9, n. 20, p. 6 – 8, jan./mar. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2011v9n20p6>. Acesso em 31 out. 2022.

SANSON, L. de S. R. Educação cívica e nacionalismo: A apropriação do Escotismo durante as comemorações cívico-escolares em Laguna – SC (1917-1930). In: Livro de Resumos: Congresso Brasileiro de História da Educação, 6, 2011, Espírito Santo. **Anais**. Espírito Santo: SBHE, 2011, p. 403. Disponível em: <https://sbhe.org.br/anais>. Acesso em: 29 out. 2022.

Notandum, ano XXVII, 2024 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

SANTOS, D. da S. M. dos S. Festas escolares: Práticas Educativas e Culturais Republicanas na Educação Primária no Estado do Pará (1900-1910). In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 10, 2019, Belém. **Anais**. Belém: SBHE, 2019, p. 22. Disponível em: <https://sbhe.org.br/anais>. Acesso em: 29 out. 2022.

SILVA, M. E. da; CAMPOS, R. B. C. Ciclos festivos na escola pública e pluralismo religioso: conflitos e interações. Um ensaio por uma abordagem teórico-metodológica do estudo da festa no espaço escolar. **Revista da FAAEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 20, n. 35, p. 31-40, jun. 2011. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-70432011000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 6 out. 2022.

SILVA, V. de M. Das representações aos sentidos: as festividades escolares do grupo escolar Solon de Lucena em Campina Grande – PB (1924-1937). In: Caderno de Resumos: Congresso Brasileiro de História da Educação, 8, 2015, Maringá. **Anais**. Maringá: SBHE, 2015, p. 367. Disponível em: <https://sbhe.org.br/anais>. Acesso em: 29 out. 2022.

VAZ, A. C. Festividades cívicas em Minas Gerais (1937-1945). In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 4, 2006, Goiânia. **Anais**. Goiânia: Distributiva, 2006, p. 3 – 8. Disponível em: <https://sbhe.org.br/anais>. Acesso em: 29 out. 2022.

VILHENA, M. A. **Ritos**: Expressões e propriedades. 1 ed. São Paulo: Paulinas, 2005.